

Cultura, inovação e desenvolvimento: uma análise de países selecionados do Leste europeu e do Brasil de 2010 a 2019^a

Culture, Innovation and Development: an Analysis of Selected Eastern Europeans Countries and Brazil from 2010 to 2019

Vinícius Fernandes Torres^b 

Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada, Ouro Preto (MG), Brasil

Daniel do Val Cosentino^c 

Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de Ciências Econômicas, Ouro Preto (MG), Brasil

Resumo: Este artigo examina a importância da cultura no desenvolvimento econômico e humano, destacando a sua influência em decisões econômicas e sociais, moldando valores locais e incentivando a criatividade e a inovação. O objetivo principal é demonstrar como a cultura pode ser um pilar estruturante para um crescimento econômico sustentável, fortalecendo o desenvolvimento autônomo e reduzindo a dependência de modelos externos. A metodologia inclui uma análise comparativa de dados quantitativos de seis países (Croácia, Chéquia, Polônia, Estônia, Letônia e Brasil), focando no período de 2010 a 2019. Foram analisados indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), gastos governamentais com cultura, liberdade econômica e inovação medida por patentes registradas. A escolha desses países foi baseada no crescimento do IDH na União Europeia, buscando entender como investimentos culturais e estruturas institucionais específicas afetam o desenvolvimento econômico e a inovação. Os resultados indicam que países com maior investimento em cultura, como Estônia e Letônia, apresentam crescimento mais acelerado no IDH e maior liberdade econômica, sugerindo que o suporte governamental à cultura pode impulsionar o desenvolvimento.

Palavras-chave: Cultura. Inovação. Desenvolvimento econômico.

Editor responsável: Marcos Taroco Resende | DOI: 10.5380/re.v47i90.101737

^a Submissão: 19/10/2025 | Aprovação: 10/03/2026 | Publicação: 16/08/2026

^b vinicius.torres@outlook.com.br | Concepção, pesquisa e análise de dados e/ou documentos, discussão dos resultados e redação e revisão do texto.

^c danielc@ufop.edu.br | Concepção, discussão dos resultados e redação e revisão do texto.

Os autores declaram não haver conflito de interesse. Os dados estarão disponíveis sob demanda aos autores.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

Abstract: This article examines the critical importance of culture in economic and human development, highlighting its influence on economic and social decisions, shaping local values, and fostering creativity and innovation. The main objective is to demonstrate how culture can be a structural pillar for sustainable economic growth, strengthening autonomous development and reducing reliance on external models. The methodology includes a comparative analysis of quantitative data from six selected countries (Croatia, Czechia, Poland, Estonia, Latvia, and Brazil) from 2010 to 2019. Indicators such as the Human Development Index (HDI), government cultural expenditure, economic freedom, and innovation (measured by registered patents) were analyzed. Country selection was based on HDI growth within the European Union. Results indicate that nations with higher cultural investment, like Estonia and Latvia, exhibit faster HDI growth and greater economic freedom, suggesting that governmental support for culture can significantly drive development.

Keywords: Culture. Innovation. Economic Development.

JEL: O10. O15. O30. Z10.

1. Introdução

A cultura, embora muitas vezes não valorizada pela teoria neoclássica⁴, é um componente essencial que influencia profundamente os valores, crenças e, conseqüentemente, o processo decisório em uma sociedade. Esse contexto cultural, com suas dinâmicas intrincadas e por vezes não imediatamente perceptíveis, molda de maneira fundamental a percepção e as escolhas de consumo e investimento, impactando diretamente o desenvolvimento econômico e humano. Este artigo explora, portanto, a cultura como pilar estruturante para o desenvolvimento econômico, alicerçado em valores locais que incentivam a inovação.

Celso Furtado (2018) argumenta que a percepção dos objetivos e valores que uma sociedade deseja alcançar deve constituir o ponto de partida de qualquer política de desenvolvimento. No contexto cultural, essas escolhas estabelecem os alicerces para um crescimento autêntico, baseado na compreensão dos objetivos locais e na preservação das particularidades culturais.

Richard Nelson (2002) defende a reintegração das abordagens evolucionária e institucional na teoria econômica e na análise do desenvolvimento e crescimento econômico. Para o autor, as abordagens estiveram intrinsicamente ligadas pela economia clássica, mas a abordagem neoclássica as separou⁵. O trabalho aponta como novas tecnologias físicas exigem novas instituições e como a estrutura institucional influencia o desenvolvimento tecnológico. Assim, a cultura compreendida como instituição tem relação direta com a capacidade de avanço tecnológico e, conseqüentemente, com o desenvolvimento econômico.

Pesquisas contemporâneas têm explorado bastante a relação entre cultura, inovação e desenvolvimento. Goldschmidt, Lenger e Spraz (2012), por exemplo, analisa como a cultura e as instituições interagem para moldar o desenvolvimento econômico da Indonésia. Utilizando a ideia de dimensões culturais, por exemplo, He e Lee (2020) analisam a influência da cultura social na difusão da inovação por

⁴ Tal abordagem frequentemente desvaloriza a cultura e os valores locais, focando em mercados e decisões econômicas racionais. Criticamos esta perspectiva ao longo do trabalho por negligenciar o papel fundamental das instituições e das abordagens evolucionárias no processo de desenvolvimento econômico e social.

⁵ Nelson (1995) destaca a crescente relevância da teoria evolucionária para a compreensão da mudança econômica, contrastando-a com as limitações da abordagem da economia neoclássica. Já Nelson e Winter (2002) reforçam o argumento da importância da abordagem evolucionária na economia como resposta à inadequação da teoria neoclássica para lidar com a questão tecnológica. Para eles, a coevolução da tecnologia e das instituições permite uma análise mais fiel das complexas realidades econômicas.

meio de um modelo baseado em agentes e demonstram como essas dimensões culturais afetam a velocidade e o nível de adoção de inovações. Já Pugno (2024) discute a criatividade como fonte endógena de inovação para o desenvolvimento econômico.

O conceito de desenvolvimento econômico se expande além do crescimento econômico, incorporando aspectos sociais, históricos e culturais (Furtado, 1961). Segundo Joseph Schumpeter (1982), o desenvolvimento ocorre pela “destruição criativa” – a renovação de processos antigos e a criação de novos, o que impulsiona um ciclo de inovação e aperfeiçoamento produtivo. Para Schumpeter, a inovação é o motor da transformação econômica e o desenvolvimento reflete um processo endógeno, gerado a partir das necessidades e características específicas de cada sociedade.

Celso Furtado (1961) distingue crescimento econômico e desenvolvimento, argumentando que este último não é apenas um fenômeno econômico, mas envolve transformações estruturais que incluem melhorias na qualidade de vida, redução da desigualdade e fortalecimento das instituições. O desenvolvimento se relaciona a processos históricos e culturais específicos, sendo o subdesenvolvimento uma consequência das condições estruturais impostas pela dependência cultural e econômica.

Portanto, como fenômeno histórico, econômico, cultural e social, o desenvolvimento tem múltiplas dimensões que não se reduzem apenas ao crescimento da renda, mas se baseia em transformações estruturais, como a melhoria de qualidade de vida, a diminuição da desigualdade, o aumento do acesso à saúde e à educação, a liberdade, a solidez das instituições, o respeito aos direitos humanos e os sistemas de valores da sociedade (Furtado, 1961; Sen, 2000; Schumpeter, 2003).

Assim, Rodriguez (2007, p.3) explica que “o desenvolvimento deve ser visto como a evolução e o enriquecimento de uma espécie de “totalidade”: o sistema formado pelos diferentes elementos que compõem a cultura de certa sociedade ou país”. Nesse sentido, Furtado explica que as políticas de desenvolvimento e culturais devem andar juntas, de forma que o objetivo central dessas políticas seja a liberação das forças criativas da sociedade, sem que esse fomento governamental interfira na criatividade artística, para que o crescimento

cultural alimente a inovação com base nos valores, costumes e crenças da sociedade (Furtado, 1984, 2018).

Desta forma, é possível que se desenvolva um crescimento econômico endógeno na sociedade, que, como explicam Nurske (1953), Prebisch (1962), Furtado (1974) e Bertola e Ocampo (2010), estimula a iniciativa e a inventividade individuais, gerando fluxo permanente de inovação, colocando a vontade e o poder do homem a serviço das necessidades da sociedade, estimulando o pensamento de mudança, da destruição criativa de Schumpeter.

A cultura determinou caminhos diferentes de desenvolvimento para as principais nações desenvolvidas do mundo atual, como elucida Paula (2016)⁶. Furtado (1961) argumenta que a dimensão histórica deve ser levada em consideração para o desenvolvimento dos países, apresentando uma interdependência entre a evolução tecnológica e suas histórias de desenvolvimento. Ele explica que o aumento da produtividade da indústria de bens de capital sobre as demais indústrias foi fator determinante no desenvolvimento econômico, pois resultou numa mecanização nas indústrias de bens de consumo que aumentou o capital fixo por pessoa ocupada, que não implicaria na redução da taxa de rentabilidade dos novos capitais investidos.

Os países subdesenvolvidos, por outro lado, sofreram com um acúmulo de formas e estruturas atrasadas que retardaram o seu desenvolvimento, pois essas estruturas estão amparadas num pensamento exógeno de servidão aos países desenvolvidos. O crescimento industrial dos países subdesenvolvidos estava baseado na exportação, não se preocupando com o mercado interno, aumentando, assim, o salário nominal da massa trabalhadora, sem que houvesse um aumento da produtividade (Furtado, 1961).

Nurske (1953) entendia a globalização e a colonização cultural como limitantes do desenvolvimento de países subdesenvolvidos, porém, como explica Furtado (1984) e Sen (2000), não se trata dos países se fecharem em si para se desenvolverem com sua cultura isolada do resto do mundo, a globalização não

⁶ Paula (2016) elucidou que houveram três grandes caminhos de desenvolvimento, sendo a via clássica, seguida por França, Inglaterra e EUA, amparada na conversão da cultura camponesa nas relações de trabalho, numa sociedade urbana, que quebrou o poder da classe rural dominante; a via prussiana, seguida por Alemanha e Japão, onde a classe rural dominante foi se transformando progressivamente em empresa agrária capitalista, que manteve o poder dominante e suas relações impessoais de subordinação, mas modernizando o sistema; e a revolução passiva, tomada pela Itália, que seria uma operação das mudanças necessárias ao “processo” de desenvolvimento, mas conservando importantes elementos da sociedade.

permite mais esse tipo de abordagem. É necessário um entendimento da cultura local, para que se possam compreender quais os passos a serem dados em prol do desenvolvimento econômico.

Para Furtado (1974), a autonomia cultural seria fundamental para a superação do subdesenvolvimento. Na era industrial, as sociedades periféricas enfrentam um desafio duplo: além de buscar crescimento econômico, precisam preservar e fomentar suas próprias expressões culturais para evitar uma dependência estrutural das economias centrais. Ele identifica a criatividade cultural como um recurso fundamental para o desenvolvimento, pois permite a adaptação de soluções locais, enraizadas nas particularidades socioculturais e históricas, em vez da mera reprodução de modelos impostos pelo centro hegemônico.

Assim, o subdesenvolvimento se apresenta como uma condição exacerbada pela influência cultural das potências industriais, que estabelecem padrões de consumo e valores simbólicos dominantes. Essa influência cria uma dependência cultural que bloqueia a autonomia criativa e, por consequência, prejudica o desenvolvimento autossustentável das economias periféricas.

No sentido da abertura, voltando ao desenvolvimento e focando na inovação, para se alcançar um crescimento sustentável no longo prazo, a globalização, além de não atrapalhar o desenvolvimento econômico, como dito no parágrafo anterior, serve como estimulante para o desenvolvimento tecnológico da nação. Como dito por Furtado (1961, 2018), há de se alterar o pensamento de somente consumir tecnologia externa e passar a produzir a inovação internamente com vista a estar preocupada com o entendimento cultural do que é desenvolvimento no país.

A globalização deve então ser um catalisador para os que entendem a inovação por meio da sua cultura, pois ela torna mais fácil a troca de conhecimento entre indivíduos, empresas e comunidades pesquisando tecnologia globalmente, aumentando a absorção e a internalização das capacidades ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento, fortalecendo a cooperação entre instituições, e melhor gestão do conhecimento.⁷

⁷ Cohen e Levinthal (1990) destacam que essa dinâmica global força as multinacionais a desenvolverem tecnologia mundialmente, valendo-se da inovação aberta descrita por Chesbrough, Vanhaverbeke e West (2017). Autores como Vu (2020), Hidalgo (2021) e Mora-Apablaza e Navarrete (2022) corroboram essa

Nesse sentido, Freeman (1988), Lundvall, Dosi e Freeman (1988), Nelson (1988) e Edquist (2005) apresentam o sistema nacional de inovação com o sentido de construir uma instituição que possa pensar e planejar ações, para articular ações de inovação, com vista a fomentar o pensamento inovativo. Por vezes essas inovações cresceram em ambientes diversos (setores público e privado, além do sistema de mercado e acadêmico e das instituições financeiras), e é responsabilidade do sistema nacional de inovação gerir para que elas se comuniquem e se estimulem.

Segundo Mazzucato (2014), sistemas regionais de inovação se concentram em bolsões culturais, geográficos e institucionais, que criam ambientes inovativos na região que estimulam uns aos outros processos, e esse transbordamento de conhecimento e informação no sistema ajuda a fomentar os processos inovativos que se transferem por todos os atores socioeconômicos da região.

Criar esse sistema de inovação está amparado no entendimento de que a inovação é um processo (Tidd; Bessant; Pavitt (2008); Freeman; Soete (1997)), e, dessa forma, pode ser gerida de forma a estimular o desenvolvimento em um sentido (Mazzucato, 2014).

A autora, em outra obra, destaca três características chaves para o processo inovativo, são elas a cumulatividade, a coletividade e a incerteza (Mazzucato, 2020). A cumulatividade e a coletividade são elementos característicos da cultura e do capital humano, a coletividade da cultura gera um ambiente adequado para a troca, acumulando experiências e informações que se alimentam num ciclo de acúmulo de conhecimento.

Essa correlação explica a formação de regiões com alta densidade de patentes como explicam Freeman (1995), Dosi, Llerena e Labini (2006), Soete (2006) e Mazzucato (2014), criando-se assim, bolsões de inovação, que cumprem o papel fundamental de mitigar as incertezas, devido ao incentivo à associação entre os expoentes do sistema.

Freeman e Perez (1988) elucidam que, sob essas condições favoráveis, embora ainda sob os riscos e incertezas ligadas ao processo de inovação, surge um ambiente atraente para o investimento, para a infraestrutura e para a instituições

análise, argumentando que a geração global de conhecimento alimenta processos inovativos e capacidades tecnológicas. Esses fatores tornam-se motores do desenvolvimento regional, em consonância com a visão de Mazzucato (2014) sobre a importância estratégica da estruturação de sistemas de inovação.

apropriadas ao crescimento de novos mercados e a lucratividade. E isso fornece uma direção clara para inovação, que para Mazzucato e Perez (2014) deve se moldar às políticas de estado para que estas não apenas corrijam falhas de mercado, mas também moldem e criem os mercados ativamente, de modo a recompensar empresas que estão dispostas e aptas a investir em oportunidades futuras.

Douglass North (1989) critica a visão neoclássica ao afirmar que as instituições são um fator central e frequentemente subestimado no crescimento econômico. Para ele, a evolução institucional é um processo dependente da trajetória histórica, e que a análise de como as instituições se formam e mudam é fundamental para compreender o desenvolvimento econômico e social. North (1991) sustenta que o principal papel das instituições na economia é reduzir a incerteza, estruturando a interação humana e afetando os custos de transação. Assim, diferentes configurações institucionais podem levar a diferentes resultados econômicos ao longo do tempo.

Sob outra perspectiva, Hodgson (1988) critica a economia neoclássica por não lidar adequadamente com as instituições. O autor defende que as instituições são fundamentais para entender o comportamento humano e a organização econômica, moldando preferências, crenças e hábitos. Hodgson (1998) argumenta que as instituições são centrais para a compreensão do comportamento humano e dos fenômenos econômicos. Assim sustenta que indivíduos e instituições são constitutivos um do outro e que a abordagem institucionalista oferece um enquadramento teórico mais abrangente do que a economia neoclássica para melhor compreender a complexidade econômica.

Já John Zysman (1994) argumenta que o desenvolvimento econômico e as trajetórias de crescimento não seguem um modelo único, mas são profundamente moldados por instituições nacionais enraizadas historicamente. As estruturas institucionais nacionais induzem comportamentos corporativos e governamentais específicos, gerando padrões previsíveis de política e estratégia e essas instituições também moldam as trajetórias tecnológicas e os sistemas de inovação. O autor conclui que uma compreensão abrangente do crescimento econômico requer uma perspectiva histórica e institucional.

Bolaños (2011), nessa linha, sintetiza a visão de inovação com a de Schumpeter, que não se pode desconhecer os riscos de contingências das instituições e dos ambientes institucionais para a criatividade, inovação e

desenvolvimento, tendo em vista que o desenvolvimento é dependente do caminho a ser percorrido.

Assim, este trabalho procura discutir como a cultura pode influenciar nas políticas de inovação dos sistemas inovativos dos países, de forma a catalisar a criatividade de bolsões de inovação, e para impulsionar culturas que estejam em um ciclo de desenvolvimento estabelecido.

Para verificar como a cultura afeta o desenvolvimento e a inovação, apresentamos uma análise descritiva de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), gastos governamentais com cultura, liberdade econômica e inovação para seis países selecionados (Brasil, Croácia, Chéquia, Polônia, Estônia e Letônia) no período 2010 a 2019, de modo a contribuir para a compreensão de como o investimento na cultura afeta o desenvolvimento econômico e inovativo da sociedade. Tais países foram selecionados com base no crescimento do IDH dos membros da União Europeia no período indicado, no histórico de desenvolvimento semelhante e na proximidade regional. A inclusão do Brasil na análise se deve à possibilidade de estabelecer um contraponto importante para a percepção do processo de desenvolvimento econômico com foco na cultura e inovação, uma vez que ambos experimentaram o avanço das políticas neoliberais na década de 1990. Já os dados foram coletados no espaço temporal mencionado pois se trata de um período em que há maior continuidade nos indicadores.

Assim, o objetivo principal do trabalho se concentra em descobrir a influência positiva da cultura sobre a inovação e o processo de desenvolvimento como pilar estrutural para um crescimento sustentado na percepção da população.

Complementarmente, os objetivos secundários foram analisar como o fomento estatal por meio de políticas culturais pode ser eficaz para o investimento indireto em inovação; compreender como a cultura pode ser alicerce do pensamento nacional e sua influência na definição de metas econômicas; e avaliar a correlação entre o nível de investimento cultural e capacidade inovativa de diferentes nações.

2. Dados, medições e histórico

Para fazer a análise da relação entre a cultura, a inovação e o desenvolvimento, foram utilizados dados em linha com as sugestões da introdução. Para o dado de desenvolvimento, foi utilizado o índice de desenvolvimento humano medido pelo Relatório de Desenvolvimento Humano tanto do ano de 2010, como do ano de 2019, no sítio das Nações Unidas.

Em relação à inovação, e também ao desenvolvimento, Aghion, Céline e Simon (2021) afirmam que a destruição criativa é tangível e mensurável, e pode ser percebida por meio da chegada de novos produtos e novas tecnologias, dessa forma, pode ser medida por meio do número de patentes aplicadas por ano em um país ou região. Estes dados foram coletados no site do WIPO.

Além da quantidade de patentes, foi utilizado o índice de liberdade econômica calculado pelo Heritage.org, que tem como objetivo mensurar a qualidade das instituições e das políticas de cada país em relação à liberdade econômica. O índice trata da criação e manutenção de um senso de liberdade dentro de toda a sociedade, esse senso de liberdade que alimenta a inovação, assim como a cultura, como foi explicado por diversos autores (Furtado, 1984; Mazzucato, 2014, 2020; Sen, 2000).

A cultura neste trabalho foi mensurada com base no gasto governamental com cultura por cada país, percebendo a preocupação orçamentária dos países para com sua própria cultura e tentando mensurar o subsídio do governo para fortalecimento das tradições nacionais. Para análise deste aspecto, foram utilizados dados do IBGE para o caso do brasileiro, e do EUROSTAT para o caso dos países europeus.

Ademais, foi incluído o cálculo PIB e PIB por habitante, coletados no Banco Mundial, para conseguirmos deixar os gastos mais proporcionais pela diversidade dos países.

Com os dados em mãos, buscando uma análise mais densa, foi realizada uma análise estatística descritiva dos dados para verificar como estes afetam os países. Para isso, foram elencados cinco países dos 26 integrantes europeus da União Européia (UE) para comparar com o Brasil. A escolha desses cinco países foi realizada considerando os países com maior crescimento do índice de desenvolvimento humano dos membros atuais da UE no período de 1990 a 2019,

constantes na lista do índice de desenvolvimento humano retirado do site das Nações Unidas. Os seis primeiros países da lista são Irlanda, Croácia, Chéquia, Polônia, Estônia e Letônia.

Destes, foi retirado da comparação à Irlanda, pois se trata de um país com histórico muito diferente dos demais países analisados, e, também, por possuir o IDH superior aos demais países da análise.

Com a retirada da Irlanda, nota-se que os outros cinco países selecionados possuem um passado relacionado: a Croácia, a Chéquia, a Estônia, a Polônia e a Letônia. São países que no começo da década de 1990 passaram por uma transição do regime comunista para o capitalista. Além disso, Letônia e Estônia eram parte integrante da União soviética no pós 1945, e Chéquia e Polônia faziam parte do Pacto de Varsóvia (Popov, 2009); antes mesmo que fossem determinados como países, os povos de Croácia e Chéquia fizeram parte do Império Austro-húngaro (Monticone, 1968); Chéquia, Polônia e parte da Croácia fizeram parte do Sacro Império Romano-Germânico (Wilson, 2016); Estônia, Polônia e Letônia fizeram parte da República de Duas Nações (União Polônia-Lituânia) (Kopczyński; Wojciech, 2017); Polônia, Chéquia e Croácia possuem línguas com raiz eslavas (Corbett; Comrie, 2003).

A inclusão do Brasil não se justifica geograficamente, porém serve como um contraponto aos países analisados que possuem passado pós-socialista e convergente a inserção institucional europeia, em todos os casos europeus os países, cada um com suas peculiaridades, eles saíram de uma economia socialista, para chegar ao ponto de serem aceitas como membros da UE, o Brasil porém saiu de um período de ditadura na década de 1980 para uma política neoliberal como o caso dos pares europeus, mas diferente destes, seguiu um caminho de desenvolvimento que sofreu gargalos que os países europeus analisados não sofreram por sua dimensão geográfica e unidade cultural, bem distante da realidade brasileira.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países integrantes da União Europeia (1990-2019)

Pos	Países da UE	IDH 1990	IDH 2019	Dif.	Pos	Países da UE	IDH 1990	IDH 2019	Dif.
1	Irlanda	0,773	0,955	0,182	15	Alemanha	0,808	0,947	0,139
2	Croácia (HRV)	0,677	0,851	0,174	16	Dinamarca	0,806	0,94	0,134
3	Chéquia (CZE)	0,738	0,9	0,162	17	Grécia	0,761	0,888	0,127
3	Polônia (POL)	0,718	0,88	0,162	18	Suécia	0,821	0,945	0,124
5	Estônia (EST)	0,735	0,892	0,157	19	Romênia	0,708	0,828	0,12
6	Letônia (LVA)	0,711	0,866	0,155	20	Luxemburgo	0,797	0,916	0,119
7	Chipre	0,735	0,887	0,152	20	Áustria	0,803	0,922	0,119
8	Finlândia	0,79	0,938	0,148	20	Eslováquia	0,741	0,86	0,119
9	Hungria	0,708	0,854	0,146	23	Bélgica	0,813	0,931	0,118
9	Portugal	0,718	0,864	0,146	24	Itália	0,776	0,892	0,116
11	Lituânia	0,738	0,882	0,144	25	França	0,786	0,901	0,115
12	Espanha	0,761	0,904	0,143	26	Bulgária	0,708	0,816	0,108
12	Eslovênia	0,774	0,917	0,143	26	Países Baixos	0,836	0,944	0,108
12	Malta	0,752	0,895	0,143		Média da UE	0,759	0,897	0,138

Fonte: Human Development Report. Elaboração dos autores.

Apresentando um breve histórico dos países, os europeus selecionados são repúblicas parlamentares, enquanto o Brasil é uma república presidencial. Geograficamente, o Brasil está na América do Sul, a Croácia no sul da Europa, Chéquia e Polônia estão na região central, e Estônia e Letônia estão localizados mais a nordeste do continente. Todos passaram na década de 1990 por uma liberação econômica e política.

Especificando cada país, a Croácia, o pior IDH europeu dos países analisados, desde 1300 já possuía um povo culturalmente característico, do século XIV ao XVIII aproveitou o comércio mediterrâneo para se desenvolver sob a influência da República de Veneza. Com a decadência da república devido bloqueio das rotas de comércio entre europeus e asiáticos pelos Otomanos, houve

também uma decadência do comércio mediterrâneo, e consequentemente das cidades croatas, submetendo-se no século XIX ao domínio do Império Austro-húngaro, e depois do final da 1ª Guerra Mundial integrando o reino da Iugoslávia. Após a guerra de independência em 1990, contra a Iugoslávia, o país teve como seu primeiro objetivo se distanciar do legado socialista e se tornar mais atraente ao exterior, criando políticas para diminuir suas desigualdades internas, melhorar a qualidade da educação, a efetividade industrial, a habilidade constante no processo produtivo, a pesquisa e o desenvolvimento, a infraestrutura, os serviços e a qualidade dos produtos croatas. Processo que segue, inclusive com a adesão à UE em 2013 e à zona do euro em 2023.⁸ Os principais parceiros de importação e exportação do país dos Balcãs são a Alemanha, a Itália e a Eslovênia (OEC, 2021).

A Chéquia, ao contrário da Croácia, possui o maior IDH dos países analisados, e é o país constituído a menor tempo dentre os analisados, tendo se dividido da Eslováquia em 1993. Fez parte do Sacro Império Romano-Germânico, do Império Austro-húngaro, e após a 2ª Guerra Mundial se tornou a Tchecoslováquia, que sob a influência soviética entrou para o Pacto de Varsóvia. Durante o período em que esteve sob a influência socialista, continuou sendo um país desenvolvido industrialmente, e assim como a Polônia, possuía um parlamento forte. Mesmo sob a influência soviética, vivia uma estabilidade política, que sofria ruídos em busca de uma maior liberdade do país. Esses ruídos resultaram na Primavera de Praga, em 1968, evento que foi o primeiro a gerar desgaste à ditadura soviética. Em 1989 houve a Revolução de Veludo, quando a Tchecoslováquia destituiu o regime comunista, e a partir de então começou a implementar políticas de liberação econômica. O país foi um dos que menos sofreu com a transição econômica, devido ao aumento da produtividade, e apesar do aumento do desemprego este foi atenuado por uma leve redução do PIB, que, mesmo em queda, foi o mais suave dos analisados, por ter atraído grande

⁸ A obra organizada por Pavlakovich-Kochi (2004) explora as dinâmicas de fronteira na Europa do Sudeste (incluindo a região da Croácia), analisando como a intersecção de fatores políticos, culturais e históricos, junto aos desafios da integração e desenvolvimento pós-socialista, molda a identidade e as políticas regionais, com soluções eficazes muitas vezes ancoradas no conhecimento local. Já Pavlaković-Koči e Pejnović (2005) analisam a proposta de 1999 para o desenvolvimento econômico regional da Croácia (CRED). A proposta influenciada pelo contexto dos anos de 1990 e pelo legado socialista enfrentou diversos obstáculos devido à diversidade de interesses regionais e à rigidez das divisões administrativas. Já Žuljić (2001) argumenta que a busca croata por distanciamento do legado socialista e desenvolvimento pós-1990 foi desafiada pela instabilidade de sua organização político-territorial, que, entre 1945 e 2000, foi marcada por constantes mudanças e decisões politicamente motivadas, muitas vezes em desacordo com as reais necessidades regionais e os princípios europeus de descentralização.

quantidade de investimentos estrangeiros tendo em vista a proximidade geográfica com as principais economias europeias. Boa parte da indústria checa está amparada na indústria pesada, particularmente de equipamentos, metalurgia e química, além da indústria automotiva, e atualmente há um movimento de estimular a indústria nacional de forma diminuir a influência estrangeira (Mahoney, 2011; Svejnar, 2013; Vlčlová, 2018). O país, assim como a Polônia, possui moeda própria (a coroa) mesmo fazendo parte do bloco da UE, e seu principal parceiro de importação e exportação do país é a Alemanha com um terço do comércio internacional do país (OEC, 2021).

A Estônia é o país mais ao norte dos países analisados. Ao longo dos séculos seu povo esteve sob domínio germânico, russo e sueco, e apesar de ter declarado independência em 1918, em 1940 foi incorporada à vizinha URSS. Diferentemente da maioria dos países que tiveram sua independência decretada em 1918, a Estônia não sofreu com a falta de identidade cultural, pois quase a totalidade da nação falava o estoniano, sua matriz cultural é escandinava, diferente da eslava dos vizinhos Rússia e Letônia. Em 1990, após a queda do regime soviético, foi reconhecida como nação independente, e a partir de então sofreu bastante com o fim do subsídio soviético, e com a desvalorização deliberada da moeda, que gerou grande inflação. A liberação financeira, sustentada por uma forte coalizão política, foi de profunda importância para a entrada de capital estrangeiro no país, assim como para o ingresso na UE em 2004. A posição estratégica do país entre os escandinavos e a Rússia também foi valiosa para a transição econômica, assim como a livre conversão da moeda estoniana (kroon) até a adoção do euro pelo país em 2011. A entrada na UE não gerou grande impacto no fluxo de comércio, pois foi contrabalanceado pelo crescimento da credibilidade das instituições e das empresas (Brown, 1993; Lumiste; Pefferly; Purju, 2008; Taagepera, 2018). Hoje em dia os principais parceiros de importação e exportação do país são os escandinavos e os bálticos (OEC, 2021).

O outro país báltico analisado é a Letônia, vizinha ao sul da Estônia, que também teve sua declaração de independência em 1918. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, foi incorporada à URSS. Antes da independência, esteve sob o domínio polonês, sueco, russo e germânico. Sofreu bastante para manter a unidade, pois diferentemente da Estônia, era um país culturalmente muito mais integrado aos vizinhos russos. Quando houve a independência da URSS em 1990, o PIB letão

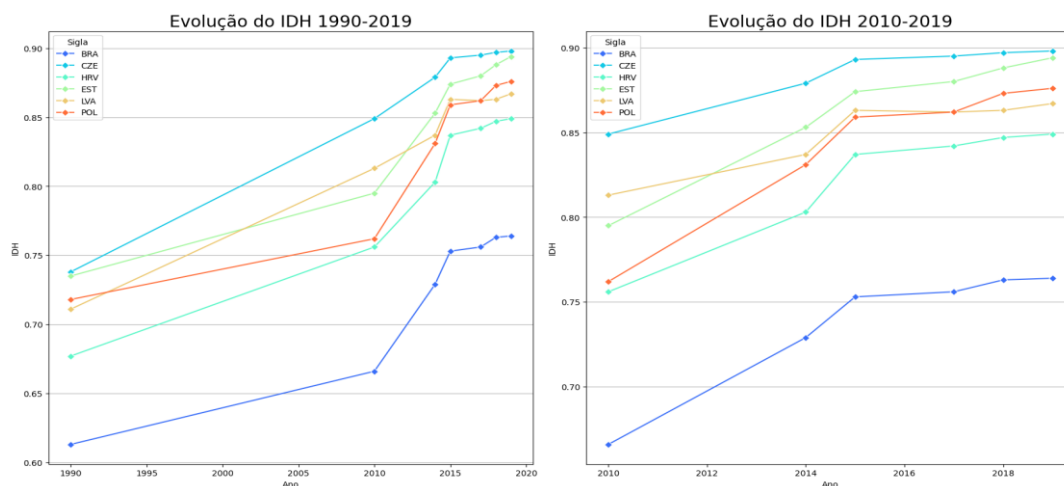
caiu 49% até 1993, houve aumento de inflação como nos outros países, mas diferentemente deles, o país não possuía reserva em moeda estrangeira, o que tornou a saída do bloco comunista bastante traumática. Na década de 1990 houve programas de liberação econômica, porém, diferentemente dos demais países em que houve privatização das indústrias estatais para outros países, na Letônia houve a devolução das propriedades para os donos originais ou seus herdeiros legais. A liberação da economia gerou bastante efeito e do final de 1990 ao começo de 2000 houve grande crescimento econômico, esse crescimento é criticado por não ter se tornado um desenvolvimento econômico do país, diante do aumento da desigualdade (Åslund; Dombrovskis, 2011; Hilmarsson, 2022). Hoje em dia, os principais parceiros de importação e exportação do país são os demais países bálticos, a Alemanha e a Rússia (OEC, 2021).

O maior país europeu analisado é a Polônia, que está no centro da Europa, assim como sua vizinha Chéquia, que também fez parte do Pacto de Varsóvia. Possui uma história mais antiga, entre os séculos XVI e XVIII viveu seu ápice econômico com a criação da República das Duas Nações, comunidade formada com a Lituânia, abrangendo parte da Letônia e da Estônia. Porém, após a revolução industrial, passou a sofrer com o atraso de produtividade, o que diminuiu seu poder perante os vizinhos, e gerou uma perda de unidade na república, levando o país do século XVII até o final da 2ª Guerra Mundial a sofrer diversas invasões e influências germânica e russa. Durante o período da Guerra Fria, assim como na vizinha Chéquia, houve maior unidade e independência parlamentar, e essa liberdade gerou ruídos, como no movimento sindical solidariedade (*solidarność*), outro movimento que gerou desgaste à URSS. Com o fim do Pacto de Varsóvia, o país teve forte crescimento com as políticas de liberação econômica, fundando-se em estabilidade macroeconômica, estabilidade monetária, fortalecimento do empreendedorismo, promovendo reformas institucionais e do mercado. Assim como nos demais países, no primeiro momento, houve um aumento da inflação e do desemprego devido à diminuição da produtividade, mas as reformas surtiram efeito e fizeram a Polônia alcançar um crescimento econômico interessante (Foley, 1996; Koryś, 2018; Vlčlová, 2018). Assim como a Chéquia, possui moeda própria (o zloty) e seu principal parceiro de importação e exportação é a Alemanha, com um percentual menor de influência do que é visto com os checos (OEC, 2021).

O Brasil foi colônia de Portugal de 1500 a 1822, ano em que passou a existir como nação independente. Sua inserção no mercado global se deveu ao mesmo fator que atrapalhou o comércio croata nos séculos XV e XVI, uma nova rota de comércio europeu com a Ásia. Desde o período colonial, o país tem comércio baseado na agricultura, tendo no começo do século XX se industrializado. Houve no século XX saltos de industrialização e produtividade, muito amparada no investimento estatal. A partir de 1990, como os demais países, iniciou-se um ciclo de liberação política e econômica, com vistas a aumentar a participação do capital privado na economia, e desenvolver o país. Em 1994, com a introdução da nova moeda, o Real, houve o fim da hiperinflação, que assolava o país há décadas, ao custo de desequilíbrio fiscal e das contas externas. Problema esse que só foi amenizado no começo do século XXI, quando o país engrenou outro salto econômico, com redução da dívida externa, crescimento do investimento interno, geração de empregos e redução da desigualdade social (Baer, 2002; Giambiagi *et al.*, 2016; Furtado, 2019). Os principais parceiros comerciais do país sul-americano são a China, com quase um terço das exportações e um quarto das importações, e os Estados Unidos da América (OEC, 2021).

3. Análise de resultados

Analisando os resultados obtidos com os dados coletados, foi utilizado o período de 2010 a 2019 para a análise, pois é o período em que há maior continuidade dos dados coletados, além dos países analisados em todas as análises também foi incluído o dado da média dos países da UE para dar uma linha de tendência global dos europeus. As ferramentas aplicadas para tratamento dos dados foram o excel e o python.

Gráfico 1 – IDH dos países analisados (1990-2019; 2010-2019)

Fonte: Human Development Report. Elaboração dos autores.

Nesse período de 2010 a 2019 houve crescimento do índice de desenvolvimento humano⁹ nos países analisados, sendo que o maior crescimento foi na Letônia (0,042) seguida da Estônia e da Polônia (0,040), Brasil, (0,038), Croácia (0,036) e Chéquia (0,030).

Depurando mais os dados do índice de desenvolvimento humano na tabela 2, nota-se que o Brasil está no fim da lista de todos os itens do índice, mas possui expectativa de vida melhor que a Letônia e expectativa de anos na escola (que é a medida utilizada pelo IDH para medir escolaridade) melhor que a Croácia, apesar de consideravelmente baixos. Além desses, o país sul-americano possui um PIB por habitante muito inferior aos demais países. Outro fator notável na análise da tabela 2 é a queda brusca do país no índice quando este é ajustado pela desigualdade (0,195), enquanto os demais países tiveram quedas menores (Chéquia (0,04), Estônia (0,063), Polônia (0,067), Letônia (0,083) e Croácia (0,068)).

⁹ O cálculo do índice de desenvolvimento humano (IDH) é baseado em três dimensões, são elas a expectativa de vida (saúde); a educação ou conhecimento (avaliado por dois indicadores, sendo eles a média de anos de escolaridade para adultos com 25 anos ou mais e anos esperados para crianças em idade de entrada na escola; e o Rendimento Nacional Bruto por habitante ajustado pela Paridade do Poder de Compra (PPC). Estes valores dos indicadores de saúde e educação são normalizados em uma escala de 0 a 1, utilizando valores mínimos e máximos fixos. No caso do PNB por habitante é normalizado com base em logaritmos naturais. O IDH é calculado como a média geométrica dos índices das três dimensões.

Tabela 2 – IDH em 2019 detalhado dos países analisados (2020)

Posição geral	Países	IDH	Expectativa de vida ao nascer	Média de anos na escola	Expectativa de anos na escola	PIB por habitante (em dólares \$)	IDH ajustado pela desigualdade	Posição geral ajustada pela desigualdade
27º	Chéquia	0,900	79,4	12,7	16,8	38.109	0,860	13º
29º	Estônia	0,892	78,8	13,1	16,0	36.019	0,829	20º
35º	Polônia	0,880	78,7	12,5	16,3	31.623	0,813	28º
37º	Letônia	0,866	75,3	13,0	16,2	30.282	0,783	37º
43º	Croácia	0,851	78,5	11,4	15,2	28.070	0,783	39º
84º	Brasil	0,765	75,9	8,0	15,4	14.263	0,570	104º
Média europeia		0,897	80,3	12,1	16,7	-	0,770	-

Fonte: Human Development Report. Elaboração dos autores.

O segundo colocado dessa lista de maior queda de pontos devido ao ajuste da desigualdade¹⁰ é a Letônia, que é criticada por Hilmarsson (2022), justamente pelo entendimento de que o crescimento econômico letão muito se amparou no crescimento do PIB, e não se preocupou em ser distribuído entre todos os seus cidadãos. Além disso, o país teve o 2º pior crescimento no índice de saúde e na expectativa de anos na escola, distanciando o país do entendimento de que houve um desenvolvimento na economia.

Apesar da crítica do desenvolvimento econômico letão, se verifica, na tabela 2, que os países europeus analisados estão acima da média do IDH ajustado pela desigualdade da UE como um todo. E apesar do crescimento de todos os países de 1990 a 2019, somente a Chéquia possui IDH acima da média, mostrando que ainda são países da periferia europeia. O Brasil dos analisados foi o único a piorar o indicador ajustado pela desigualdade, período que coincide com a queda do desenvolvimento no país no começo do século XXI.

¹⁰ O IDH ajustado pela desigualdade é calculado descontando em cada dimensão a média do valor de acordo com o nível de desigualdade. Ou seja, o IDH seria igual ao IDH ajustado pela desigualdade, no caso de não haver desigualdade no país analisado, porém, no caso em que haja desigualdade o indicador é diminuído.

Tabela 3 – Despesas totais com cultura nos países

Ano	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
Países	Total gastos (€)	% PIB	Total gasto (€)	% PIB	Total gastos (€)	% PIB	Total gastos (€)	% PIB	Total gastos (€)	% PIB	Total gastos (€)	% PIB	Total gastos (€)	% PIB	Total gastos (€)	% PIB	Total gastos (€)	% PIB	Total gastos (€)	% PIB
Brasil*	3.266	0,26%	3.108	0,23%	3.439	0,25%	3.311	0,24%	2.621	0,17%	2.7134	0,16%	1.852	0,11%	2.471	0,17%	2.304	0,15%	2.291	0,14%
Chéquia	1.050	0,67%	1.044	0,63%	990	0,61%	956	0,60%	908	0,58%	987	0,58%	1.003	0,57%	1.089	0,56%	1.378	0,65%	1.437	0,64%
Croácia	345	0,76%	328	0,72%	339	0,76%	313	0,70%	309	0,70%	288	0,64%	286	0,61%	294	0,59%	337	0,64%	358	0,64%
Estônia	160	1,09%	171	1,03%	172	0,96%	204	1,08%	207	1,04%	213	1,03%	220	1,01%	244	1,03%	249	0,96%	277	1,00%
Letônia	196	1,10%	200	1,02%	240	1,09%	270	1,19%	283	1,20%	270	1,10%	244	0,96%	301	1,12%	316	1,08%	302	0,99%
Polônia	2.468	0,69%	2.447	0,65%	2.478	0,64%	2.485	0,64%	2.770	0,68%	2.721	0,63%	2.640	0,62%	3.229	0,69%	3.874	0,78%	3.887	0,73%
Média Europa	2.114	0,50%	2.127	0,50%	2.091	0,50%	2.120	0,50%	2.156	0,50%	2.177	0,50%	2.162	0,50%	2.287	0,50%	2.411	0,50%	2.493	0,50%
*Conversão de Real para Euro do Brasil com cotação do último dia do ano analisado																				
Euro	R\$ 2,2203		R\$ 2,2816		R\$ 2,2833		R\$ 2,7029		R\$ 3,2529		R\$ 3,0262		R\$ 4,3307		R\$ 3,4015		R\$ 3,9568		R\$ 4,1708	

Fonte: SIIC e EUROSTAT. Elaboração dos autores.

Introduzindo a cultura no estudo, com vista a desenvolver a ideia de que ela faz parte do desenvolvimento econômico, utilizaram-se os dados de gastos governamentais com cultura, para entender como o governo pode afetar no desenvolvimento econômico da região com investimentos no setor, e se esse acompanhou o PIB e o desenvolvimento do país.

Nota-se, pela tabela 3, que o Brasil por ser um país bem maior que os demais, possui um gasto mais significativo monetariamente do que a maioria dos outros países, porém, se levarmos em consideração o gasto como percentual do PIB notamos uma grande diferença negativa entre o país e os demais países europeus. Comparativamente, a Polônia, um país cinco vezes menos populoso que o país sul-americano, gasta um valor nominalmente muito semelhante na cultura do país, valor esse acima da média dos países do grupo europeu.

Interessante notar que os gastos com cultura são maiores em países com menor PIB. A Estônia gastou em média 1,08% do PIB com cultura no país, e a Polônia somente 0,61% do PIB. Se relacionarmos o PIB por habitante com os gastos do governo (tabela 4), nota-se uma maior importância do gasto com cultura na Chéquia, que possui um percentual relativamente baixo se olharmos somente o dado dos gastos do governo.

Comparando Estônia e Polônia que possuíam PIB por habitante semelhantes em 2010, observa-se que havia uma grande diferença de investimento em cultura por habitante (€ 187,39 e € 122,39) em 2010, que se tornou ainda maior em 2019 com o crescimento maior do PIB estoniano em relação ao polonês (€ 360,26 e € 230,88).

Claro que a simples observação de um fato não justifica todos os outros casos, comparando outros países, a Polônia e a Croácia, possuíam PIB por habitante próximo em 2010, porém, mesmo com um investimento pouco maior em cultura, a Croácia não obteve resultados melhores no crescimento do PIB que a Polônia. Ampliando, porém, o olhar sobre o IDH, a Croácia conseguiu um crescimento semelhante do índice no período (Polônia 0,085 e Croácia 0,084), aumentando a distância no PIB por habitante, mas diminuindo nos índices de educação.

Tabela 4 – PIB por habitante e despesa total com cultura nos países (2019)

Países	PIB por habitante (em euro) 2010	% PIB c/ Gastos do Governo em Cultura	Gastos do governo com cultura por habitante (em euro)	PIB por habitante (em euro) 2019	% PIB c/ Gastos do Governo em Cultura	Gastos do governo com cultura por habitante (em euro)
Brasil	10.607,00	0,26%	27,21	14.263,00	0,14%	19,93
Chéquia	22.678,00	0,67%	150,88	38.109,00	0,64%	242,84
Croácia	16.389,00	0,76%	123,79	28.070,00	0,64%	180,79
Estônia	17.168,00	1,09%	187,39	36.019,00	1,00%	360,26
Letônia	12.944,00	1,10%	141,90	30.282,00	0,99%	298,43
Polônia	17.803,00	0,69%	122,39	31.623,00	0,73%	230,88
Média Europa	26.531,20	0,50%	132,66	42.634,10	0,50%	213,17

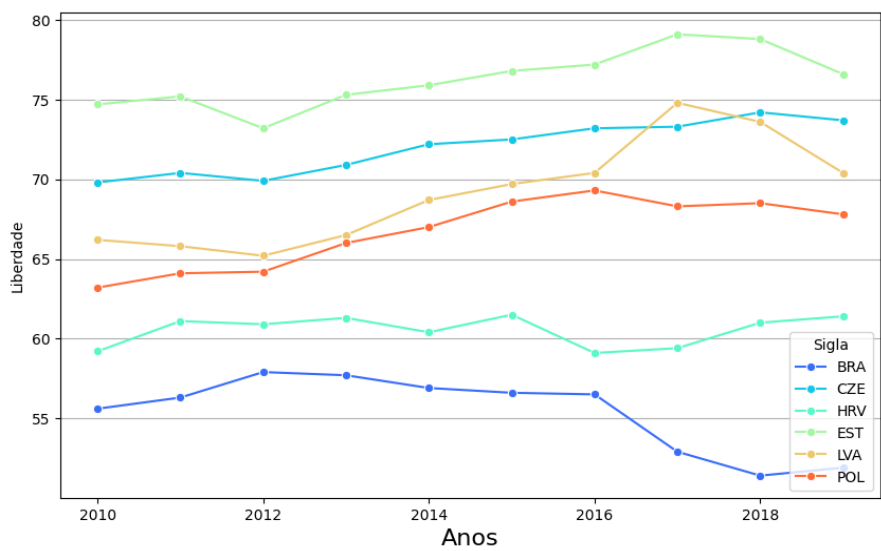
Fonte: SIIC e EUROSTAT. Elaboração dos autores.

Como foi esclarecido na introdução por Furtado, Sen e Mazzucato quanto mais liberdade a sociedade possui, maior será o nível de criatividade e inovação desta frente aos demais países e que o objetivo da política cultural deve ser a liberação das forças criativas, para que haja espaço para se desenvolver, apresenta-se o índice de liberdade econômica, para entender como essa força de liberdade age sobre a cultura e a inovação.

Na análise temporal do índice verifica-se que houve uma queda do índice de liberdade econômica do Brasil nos últimos 10 anos, e um crescimento deste índice nos demais países.

Interessante analisar que se fizermos um ranking entre os países no IDH (gráfico 1) e compararmos com o ranking da liberdade econômica (gráfico 2), vamos notar que os países que mais investem em cultura, proporcionalmente ao seus PIBs, são os dois que ultrapassam os países que estão acima no IDH, sendo eles, Estônia e Letônia ultrapassando Chéquia e Polônia, respectivamente. Já a Croácia, que investe em níveis parecidos com a Chéquia, mantém o posto de último colocado.

Gráfico 2 – Índice de Liberdade Econômica (2010-2019)



Fonte: Heritage.org. Elaboração dos autores.

Tabela 5 – Média europeia do Índice de Liberdade Econômica (2010-2019)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Média Europa	68,9	69,1	67,9	68,4	688,6	68,8	68,7	69,2	69,9	69,7

Fonte: Heritage.org. Elaboração dos autores.

Olhando os dados históricos, a Polônia, que estava bem atrás da média europeia em 2010, e se aproximou bastante em 2016, não ultrapassou a média até 2019. Porém, dos países analisados que estavam atrás da média do bloco, a Letônia foi a única que conseguiu superar a média. Esse crescimento expressivo se deve à entrada do país na UE, o que aumentou os índices de liberdade monetária no país. Em 2010, a Chéquia e a Estônia estavam acima da média europeia e conseguiram aumentar a distância para a média em 2019. A Croácia, país que entrou por último dos países analisados na UE, e que adotou o euro como moeda somente em 2023, após os dados analisados, ainda está bem atrás do índice, sendo o 25º colocado no geral dos 26 países do bloco.

O crescimento mais expressivo no período de 2010 a 2019 é da Polônia, que vem em linha com o segundo maior crescimento de IDH do período. A Letônia, segunda colocada no crescimento do índice de liberdade, é a primeira colocada no

crescimento do IDH, relacionando ainda mais a cultura com o crescimento do IDH do que com o índice de liberdade econômica.

Entrando nos dados de inovação, verifica-se na análise dos dados sem considerar a população, que eles são falhos para a análise da produção de patentes de cada país, pois o Brasil, por exemplo, possui uma média de patentes totais no período de 2010 a 2019, muito maior que os demais de 27.945 (tabela 6), porém, se limitarmos as patentes por residentes por milhões de habitantes (gráfico 3), o país vai para o último lugar dos analisados.

Desta forma, para a análise deste estudo foi utilizado como parâmetro as patentes aplicadas por residentes por milhões de habitantes, tendo em vista que estamos analisando os gastos culturais do governo, e políticas de incentivo à cultura alimentam a criatividade e inovação do país internamente. É fato que a cultura pode ser exportada como qualquer outra mercadoria, porém, para analisarmos como política pública, restringiu-se a análise aos residentes. E também por milhões de habitantes para alcançar uma proporcionalidade dos dados dos países.

Apresentados os parâmetros de análise dos dados, verifica-se um aumento grande de 2010 para 2019 no número de aplicações na Polônia, e uma redução significativa na aplicação da Letônia no período. Os demais países possuem alguns anos mais prolíferos outros menos, mas variam em torno de suas médias nos últimos 10 anos.

Relacionando os dados de inovação com cultura, com a tabela 3 e o gráfico 3, percebe-se que a Letônia, que é o país que mais gasta com cultura como percentual do PIB, teve um pior resultado de inovação em 2019 do que em 2010. O índice de inovação decresce também na Chéquia, na Croácia e na Estônia, porém oscilando mais próximo da média. A diminuição no final do período para a maioria, inclusive da média europeia, gera um decréscimo do número total de inovação no período de 2010 a 2019 para os países analisados, o que relativiza o decréscimo de cada país. Porém, a diminuição da Letônia, a partir de 2014, é acima do desvio padrão esperado, ainda mais se considerando o rápido crescimento dos números do país até 2014.

Tabela 6 – Número de aplicação de patentes (2010-2019)

País	Tipo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	Total	24.999	28.649	30.435	30.884	30.342	30.219	28.010	25.658	24.857	25.396
	Residentes	4.228	4695	4798	4959	4659	4641	5.200	5480	4.980	5.464
	Não residentes	20.771	23.954	25.637	25.925	25.683	25.578	22.810	20.178	19.877	19.932
Chéquia	Total	982	880	1.017	1.081	972	952	839	860	732	813
	Residentes	868	783	867	984	910	880	792	794	678	765
	Não residentes	114	97	150	97	62	72	47	66	54	48
Croácia	Total	278	251	249	253	200	186	188	159	136	211
	Residentes	257	230	217	230	170	169	175	148	121	195
	Não residentes	21	21	32	23	30	17	13	11	15	16
Estônia	Total	97	77	25	42	50	36	30	41	30	32
	Residentes	84	62	20	25	44	30	29	37	24	31
	Não residentes	13	15	5	17	6	6	1	4	6	1
Letônia	Total	185	183	205	233	107	137	113	97	110	87
	Residentes	178	173	193	225	103	136	95	90	86	82
	Não residentes	7	10	12	8	4	1	18	7	24	5
Polônia	Total	3.430	4.123	4.657	4.411	4.096	4.815	4.396	4.041	4.322	3.999
	Residentes	3.203	3.879	4.410	4.237	3.941	4.676	4.261	3.924	4.207	3.887

	Não residentes	227	244	247	174	155	139	135	117	115	112
Média Europa	Total	4.135	4.152	4.188	4.239	4.298	4.369	4.388	4.343	4.305	4.266
	Residentes	3.494	3.486	3.443	3.453	3.444	3.122	3.467	3.393	3.318	3.292
	Não residentes	641	666	745	786	854	1247	921	950	987	974

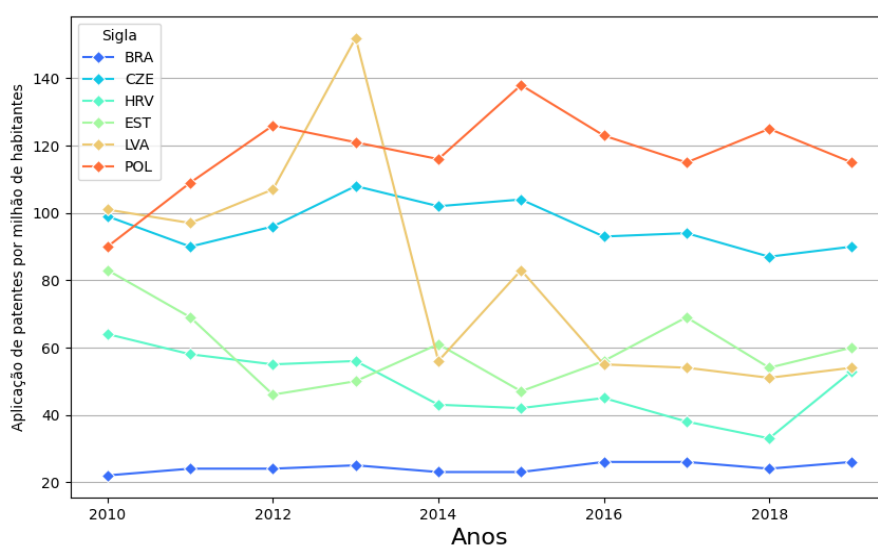
Fonte: WIPO. Elaboração dos autores.

A Polônia, em direção oposta, apresenta um aumento no número de aplicações de patentes, maior nos primeiros anos de análise, e depois mantendo o valor mais próximo da média de 4229 (total) e 117,8 (por residentes por milhões de habitantes), mesmo não sendo dos maiores investidores em cultura dos países analisados.

Analizando a média europeia, os países estudados estão todos abaixo da média do continente, contudo, um fator relevante na análise é que somente oito países estão acima da média na maioria dos anos, e a Irlanda algumas vezes entra nesse grupo acima da média no período de 2010 a 2019.

Dos países analisados, a Polônia, em 2019, aparece na 10ª colocação da aplicação de patentes totais da Europa por milhão de habitantes, seguido por Chéquia 12ª, Estônia 14ª, Letônia 16ª e Croácia 18ª, o Brasil entraria na lista como 26º colocado dos 27 analisados.

Gráfico 3 – Número de aplicação de patentes por residentes por milhões de habitantes (2010-2019)



Fonte: WIPO. Elaboração dos autores.

Tabela 7 – Média europeia de número de aplicação de patentes por residentes por milhões de habitantes (2010-2019)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Média Europa	206,2	202,3	190,0	195,9	191,7	185,0	194,3	194,4	200,8	195,1

Fonte: WIPO. Elaboração dos autores.

Juntando a análise dos dados de liberdade econômica, com os de inovação e cultura, observa-se uma direção para entender o crescimento da inovação da Polônia, pois o crescimento da liberdade está amparado no aumento da liberdade de investimento e financeira do país. Já a Letônia, que é a segunda colocada do índice de crescimento econômico, e se destacou negativamente na inovação, apesar do alto investimento em cultura, teve o crescimento do índice de liberdade amparado na liberdade da força de trabalho e monetária, itens que estão menos relacionados com a inovação.

É interessante notar o diálogo entre a afirmação de Mazzucato (2020) de que a inovação raras vezes acontece em isolamento, e o apontamento de Soete (2006) e Dosi, Llerena & Labini (2006) sobre a limitada troca de conhecimento entre os países europeus. Nesse contexto, os países com menor população sofrem com essa barreira adicional à inovação, pois, apesar de estarem dentro do bloco da UE, não apresentam o mesmo dinamismo de interação acadêmica observado nos Estados Unidos. Isso dificulta a trajetória inovativa dessas nações, que também contam com uma quantidade inferior de cientistas em comparação aos países mais populosos. Algo indicado também para o caso brasileiro, pois, embora tenha grande população, não consegue desenvolver uma grande troca interna de experiências, além de estar isolado geograficamente dos principais centros globais de produção inovativa.

Retomando aos dados de inovação e tirando o filtro da população do país da análise, é interessante notar como o Brasil, que possui grande população, possui a maior quantidade de aplicação de patentes fora do país, sofrendo o problema de fuga de cérebros e perda de tecnologia para o exterior, algo que não é visto nos países europeus analisados. Nestes mais de 90% das aplicações de patentes é produzido dentro do país, gerando inovação e produtividade, além de desenvolvimento dentro do território, o que é perdido pelo país sul-americano.

Somando a falta de integração acadêmica no Brasil e a fuga de capital humano, nota-se uma grande perda de oportunidade de desenvolvimento do país.

4. Considerações finais

A cultura é um fomentador da criatividade e da inovação, o que estimula o desenvolvimento econômico por meio da destruição criativa que gera novos processos que impulsionam uma cultura de desenvolvimento que alimenta a criatividade e a inovação, perpetuando o ciclo de desenvolvimento das economias.

Como vimos na introdução, ainda é necessária uma quebra de paradigmas nas culturas subdesenvolvidas, de que o que vem de fora é superior ao que é produzido localmente. E o objetivo deste estudo é mostrar como políticas de governo que estimulam a cultura, fortalecendo o vínculo da sociedade com o local e com seus valores, costumes e percepções, ajudam a romper esse ciclo de subdesenvolvimento.

Assim, percebemos que a cultura realmente estimula o desenvolvimento econômico do país, contudo, uma limitação notada no trabalho e que abre portas para novos trabalhos, é que um maior detalhamento dos dados culturais incrementaria a medição com maior precisão do que os estímulos à cultura geram de resultado.

Como verificamos com a inovação aberta, a medição de como uma cultura afeta o desenvolvimento é bastante imprecisa, afinal, se o conhecimento adquirido de forma explícita por meio de livros, universidades, palestras, é de difícil mensuração, imagina o conhecimento tácito passado por meio da cultura por meio de seus habitantes.

A literatura reconhece a limitação de se mensurar a atividade inovativa, é o caso de Dosi (1982) ao discutir a evolução da tecnologia e a da ciência, introduzindo os conceitos de "paradigma tecnológico" e "trajetória tecnológica", observa-se que a emergência de novas tecnologias é um processo complexo influenciado por avanços científicos, fatores econômicos, variáveis institucionais e dificuldades não resolvidas em caminhos tecnológicos estabelecidos. Deste modo, enfatiza a natureza cumulativa do avanço técnico e a incerteza inerente às grandes transformações tecnológicas. Por sua vez, Pavitt (1985), ao analisar estatísticas de patentes como indicadores de atividades inovadoras, adverte a

respeito da necessidade de que as pesquisas sejam complementadas por diversidade de dados e que não se restrinjam a poucos indicadores.

Novos métodos de pesquisa como a análise de redes sociais podem dar clareza em como funcionam os padrões de relacionamento dentro de uma sociedade entre os indivíduos de forma a gerar esse estímulo dentro da cultura à inovação. Souza e Quandt (2008) afirmam que redes sociais de origem cultural tendem a ser mais coesas que redes de origem econômica. Então uma mudança dos padrões de subdesenvolvimento na cultura da população pode ser o catalisador para o desenvolvimento da sociedade.

A seleção dos países examinados expõe uma realidade de progresso do desenvolvimento humano em todos os países analisados, porém, com destaque para o desenvolvimento dos países europeus da análise, países esses que estão acima da média da UE de gastos com cultura.

De 1990 até 2010 os países do leste europeu se desenvolveram bastante amparados no desenvolvimento da educação de seus povos, nos 10 anos seguintes, que analisamos, a diferença da expectativa de vida diminuiu, em relação ao Brasil, mas a de escolaridade e de PIB por habitante aumentou, o que ajuda a aumentar ainda a discrepância entre os países em nível de educação, de capital humano, e por fim, do desenvolvimento econômico e social do país. Interessante levar em consideração que a educação se retroalimenta, com um menor investimento no longo prazo, as diferenças, dessa forma, tornam-se cada vez mais difíceis de serem ultrapassadas.

Isso também é visto na cultura, o Brasil é o que menos gasta com cultura dos países analisados, e o que sofre ainda mais com o desenvolvimento de seu povo apesar das suas riquezas materiais. O Brasil, nos anos analisados, investiu por habitante em cultura pelo menos oito vezes menos que a média de todos os países do bloco da UE, o que no longo prazo, torna a capacidade de desenvolvimento do setor cultural no país cada vez menor frente aos demais europeus, o que desestimula o desenvolvimento do país, e também a capacidade inovativa, de destruição criativa.

Justamente o contrário do que aconteceu nos países bálticos, que lideram a lista de investimento em cultura acima inclusive do que a média europeia, e são os países que se destacaram em desenvolvimento e liberdade, além de possuir uma

capacidade de inovação próxima dos demais países, apesar de possuírem uma população bem inferior à Croácia, Polônia e Chéquia.

Os dados de liberdade econômica aparecem em linha com o índice de desenvolvimento econômico e os gastos governamentais com a cultura, com destaque para os países bálticos, que encabeçam a lista do gasto governamental com cultura.

Em relação à inovação, como a capacidade produtiva de inovação dos países analisados é menor que as grandes potências do mundo, foram verificadas grandes correlações entre os dados de inovação e patentes com os gastos com a cultura no país. Brasil e Croácia, que são os países que menos investem em cultura, possuem o menor número de patentes por residentes por milhões de habitantes, os demais países talvez não apresentem uma correlação tão forte, mas os países bálticos, que são os menores em população, geram patentes equivalentes às da Croácia que possui uma maior população.

A Polônia, país de segunda maior população dos analisados, e o maior entre os europeus da análise, destacou-se nas aplicações de patentes, o que exalta a importância da troca de conhecimento entre os pares para a criação de novas tecnologias, o que justifica também os países bálticos não terem dados melhores, apesar do grande investimento em cultura.

A Europa sofre com as barreiras entre os países para difusão de conhecimento, o que tem feito o continente ficar para trás na produção inovativa, como foi dito no referencial teórico, e a quantidade de habitantes parece ser fator importante para a inovação neste cenário, com maior divulgação interna do conhecimento adquirido no país. Outro sinal de que uma maior integração entre o conhecimento dos países seria benéfica à criação de tecnologia europeia.

Finalizando, a cultura se apresentou como ferramenta relevante para o desenvolvimento dos povos, com destaque para Estônia e Letônia que tiveram os maiores crescimentos do índice de desenvolvimento dos países analisados e os maiores gastos governamentais com cultura dentre os países analisados. Porém, é necessário um estudo mais aprofundado de como essa cultura afeta o desenvolvimento da nação, tendo em vista a crítica em relação ao crescimento da Letônia, que também foi verificado na análise do índice de desenvolvimento humano levando em consideração a desigualdade social, além de incorporar os gastos das famílias com cultura à análise.

Referências

- AGHION, P.; ANTONIN, C.; BUNEL, S. *The power of creative destruction: economic upheaval and the wealth of nations*. Cambridge: Harvard University Press, 2021.
- ÅSLUND, A.; DOMBROVSKIS, V. *How Latvia came through the financial crisis*. Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2011.
- BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.
- BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. *Desarrollo, vaivenes y desigualdad: una historia económica de América Latina desde la independencia*. Madrid: Secretaría General Iberoamericana, 2010.
- BOLAÑOS, C. R. S. (org.). *Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado*. Salvador; Brasília: EDUFBA, 2015.
- BROWN, W. S. Economic transition in Estonia. *Journal of Economic Issues*, Taylor & Francis Journals, v. 27, n. 2, p. 493-503, 1993.
- CHESBROUGH, H. W.; VANHAVERBEKE, W.; WEST, J. *Novas fronteiras em inovação aberta*. São Paulo: Blucher, 2017.
- COHEN, W. M.; LEVINTHAL, D. A. Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation. *Administrative Science Quarterly*, v. 35, p. 128-152, 1990.
- CORBETT, G.; COMRIE, B. (eds.). *The Slavonic languages*. London: Routledge, 2003.
- DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy*, Amsterdam, v. 11, n. 3, p. 147-162, 1982.
- DOSI, G.; LLERENA, P.; LABINI, M. S. The relationship between science, technologies and their industrial exploitation: an illustration through the myths and realities of the so-called 'European paradox'. *Research Policy*, Amsterdam, v. 35, n. 10, p. 1450-1464, 2006.
- EDQUIST, C. Systems of innovation: perspectives and challenges. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C. (eds.). *The Oxford handbook of innovation*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

- FOLEY, P. *et al.* Economic development in Poland: a local perspective. *European Business Review*, v. 96, n. 2, p. 23-31, 1996.
- FREEMAN, C. The “national system of innovation” in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 1, 1995.
- FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crises of adjustment: business cycles. In: DOSI, G. *et al.* (eds.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988.
- FREEMAN, C.; SOETE, L. *The economics of industrial innovation*. Cambridge: The MIT Press, 1997.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. Depoimento à Assembleia Nacional Constituinte. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 8, n. 12, p. 315-321, 2018.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2019.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- GIAMBIAGI, F. *et al.* *Economia brasileira contemporânea (1945-2015)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- HE, M.; LEE, J. Social culture and innovation diffusion: a theoretically founded agent-based model. *Journal of Evolutionary Economics*, v. 30, p. 1109-1149, 2020.
- HIDALGO, C. A. Economic complexity theory and applications. *Nature Reviews Physics*, n. 3, p. 92-113, 2021.
- HILMARSSON, H. Þ. Iceland and Latvia: the economic and the social crisis. *RFDS*, v. 14, n. 3, p. 86-97, 2022.
- HODGSON, G. M. *Economics and institutions: a manifesto for a modern institutional economics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

- HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998.
- KOPCZYŃSKI, M.; TYGIELSKI, W. (eds.). *Under a common sky: ethnic groups of the Commonwealth of Poland and Lithuania*. Warsaw: Polish History Museum; New York: PIASA Books, 2017.
- KORYŚ, P. *Poland from partitions to EU accession: a modern economic history, 1772-2004*. Cham: Springer, 2018.
- LUMISTE, R.; PERFFERLY, R.; PURJU, A. *Estonia's economic development: trends, practices, and sources; a case study*. Washington, D.C.: International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2008.
- LUNDVALL, B. A.; DOSI, G.; FREEMAN, C. Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation. In: DOSI, G. et al. (eds.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988.
- MAHONEY, W. M. *The history of the Czech Republic and Slovakia*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2011.
- MAZZUCATO, M. *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. Tradução Elvira Serapicos. 1. ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MAZZUCATO, M. *O valor de tudo: produção e apropriação na economia global*. Tradução Camila Adorno, Odorico Leal. 1. ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2020.
- MAZZUCATO, M.; PEREZ, C. Innovation as growth policy: the challenge for Europe. *SPRU Working Paper Series*, Brighton, 2014.
- MONTICONE, R. C. Nationalities problems in the Austro-Hungarian empire. *The Polish Review*, v. 13, n. 4, p. 110-125, 1968.
- MORA-APABLAZA, L.; NAVARRETE, C. Patents as indicators of the technological position of countries on a global level? *Scientometrics*, v. 127, 2022.
- NELSON, R. Bringing institutions into evolutionary growth theory. *Journal of Evolutionary Economics*, v. 12, p. 17-28, 2002.

NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. *Journal of Economic Literature*, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.

NELSON, R. R. *et al.* Institutions supporting technical change in the United States. In: DOSI, G. *et al.* (eds.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Evolutionary theorizing in economics. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 16, n. 2, p. 23-46, 2002.

NORTH, D. C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NORTH, D. C. Institutions and economic growth: an historical introduction. *World Development*, v. 17, n. 9, p. 1319-1332, 1989.

NURKSE, R. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (eds.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Forense, 1969.

OEC – OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. OEC. 2021. Disponível em: <https://oec.world/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

PAULA, J. A. Desenvolvimento: tentativa de conceptualização. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, v. 10, n. 27, p. 1523-1539, set./dez. 2016.

PAVLAKOVIĆ-KOČI, V. The Zagreb region at double doorsteps: implications of a redefined boundary for regional development. In: PAVLAKOVIĆ-KOČI, V.; MOREHOUSE, B. J.; WASTL-WALTER, D. (eds.). *Challenged borderlands: transcending political and cultural boundaries*. Aldershot: Ashgate, 2004. p. 91-108.

PAVLAKOVIĆ-KOČI, V.; PEJNOVIĆ, D. Polarization of regional economic development in Croatia: trends and challenges in a new geographic reality. *Hrvatski Geografski Glasnik*, 2005.

PAVITT, K. Patent statistics as indicators of innovative activities: possibilities and problems. *Scientometrics*, v. 7, p. 77-99, 1985.

POPOV, V. Quais são as lições das economias em transição para o sucesso do desenvolvimento: colocando os casos de sucesso no mundo pós-comunista em uma perspectiva mais ampla. *Revista Tempo do Mundo*, v. 1, n. 1, p. 137-171, 2009.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: CEPAL. *Boletín Económico de América Latina*, Santiago do Chile, v. 7, n. 1, 1962.

PUGNO, M. Creativity, well-being, and economic development: an evolutionary approach. *Journal of Evolutionary Economics*, v. 34, p. 205-225, 2024.

RODRIGUEZ, O. Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento. In: SABÓIA, J.; CARVALHO, F. J. C. (org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2007.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Tradução. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. London; New York: Routledge, 2003.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOETE, L. Inovação, tecnologia e produtividade: porque se atrasou a Europa face aos Estados Unidos e por que razão várias economias europeias diferem em inovação e produtividade. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (org.). *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2006.

SOUZA, Q.; QUANDT, C. *Metodologia de análise de redes sociais: o tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SPRANZ, R.; LENGGER, A.; GOLDSCHMIDT, N. The relation between institutional and cultural factors in economic development: the case of Indonesia. *Journal of Institutional Economics*, v. 8, n. 4, p. 459-488, 2012.

SVEJNAR, J. (ed.). *The Czech Republic and economic transition in Eastern Europe*. San Diego: Academic Press, 2013.

TAAGEPERA, R. *Estonia: return to independence*. London; New York: Routledge, 2018.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. *Gestão da inovação*. Tradução Elizamari Rodrigues Becker et al. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

VLČLOVÁ, J. Visegrad countries in global production networks: value creation, control and capture. *Geographia Polonica*, v. 91, n. 4, 2018.

VU, T. V. *Economic complexity and health outcomes: a global perspective*. Dunedin: Department of Economics, University of Otago, 2020.

WILSON, P. H. *The Holy Roman Empire: a thousand years of Europe's history*. London: Penguin, 2016.

ŽULJIĆ, S. Regionalno i teritorijalno ustrojstvo Hrvatske u razdoblju između godina 1945.-2000. *Ekonomski Pregled*, v. 52, n. 1-2, p. 3-28, 2001.

ZYSMAN, J. How institutions create historically rooted trajectories of growth. *Industrial and Corporate Change*, v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.